RESENHA BIBLIOGRÁFICA

BOECHAT RODRIGUES, Leda. *História do Supremo Tribunal Federal (1900-1910) Defesa do Federalismo,* Rio, Civilização Brasileira, 1968, tomo II, 242 p.

Da Casa de Suplicação do Rio e do Supremo Tribunal da Constituição de 1824 até o do Ato Institucional n.º 5, de 1968, a nossa mais alta Côrte de Justiça, no curso de quase século e meio, viveu envolta em brumas para os olhos do povo. Não teve historiadores, nem biógrafos se ocuparam de seus membros mais famosos, ressalvados a coleção de dados do Coronel LAURÊNCIO LAGO, há cêrca de 30 anos, em trabalho pioneiro que vêm de 1808 a 1940.

A Doutora LEDA BOECHAT RODRIGUES, depois de uma erudita monografia, *A Côrte Suprema e o Direito Constitucional Americano* (Forense, 1958), rasgou a penumbra com o primeiro tomo da *História do Supremo — Defesa das Liberdades Civis,* em 1965, abrangendo o decênio inicial de 1891-1900. O período heróico contra as violência de FLORIANO e dos primeiros Presidentes marcadas pelo sangue da guerra fratricida, ressurge aí em côres vivas, nas largas pinceladas dêsse primeiro volume, que, agora, encontrou seguimento no II, sôbre a fase de 1900-10. A Autora ilustre o caracteriza como defesa do Federalismo nas vicissitudes da jovem república.

Ela assinala que, nesse decênio, sem desamparar os direitos e garantias dos cidadãos, o S. T. F., desprezando o federalismo dual, isto é, o paralelismo União-Estados no mesmo pé de importância política, preferiu a linha de preponderância nacional de JOHN MARSHAL, que, aliás, voltou a imperar na Côrte Suprema dos E. U. A. depois da chamada "revolução constitucional" de 1937. A orientação do Supremo, nessa época, coincide com a "política dos Governadores", de CAMPOS SALES, depois que derrotou na Câmara, F. GLICÉRIO, "o general das 21 brigadas".

A Côrte excelsa teria corrigido o exagêro dos Estados nas retaliações recíprocas mercê dos impostos interestaduais de triste memória, além das investidas do Govêrno Federal na franzina autonomia local.

LEDA B. RODRIGUES pesquisou profundamente a esquecida labuta do S.T.F., não se limitando aos velhos repertórios de jurisprudência, aliás, já raros para a geração de hoje num país de escassas tiragens e precárias bibliotecas abertas ao público. Sua curiosidade feminina pacientemente penetrou nos jornais da época e nos arquivos de famílias dos falecidos Ministros. A tradição oral idônea foi utilizada também.

Êsse 2.º volume não retrata apenas uma instituição nacional, mas traz riquíssimos subsídios para a história geral do País, de suas idéias, interêsses, paixões e costumes. Que idéia formam, p. ex., as gerações de hoje acêrca dos monarquistas, como os "subversivos" dos primeiros 30 anos da República? Respondem os pedidos de *habeas corpus* denegados aos princípios imperiais e as truculências contra o Cons. ANDRADE FIGUEIRA em meio a outros incidentes.

Os perfis de AMARO CAVALCÂNTI, ALBERTO TÔRRES, EPITÁCIO e P. LESSA foram magistralmente traçados. A acrimônia entre os dois últimos com os mais vivos doestos pessoais veio à luz, porque, afinal, os grandes homens têm direito apenas à verdade.

Tardou a história do Supremo, mas afinal, chegou por mão firme dirigida por espírito lúcido, informado, sério e veraz, que revela o Supremo em sua majestade, mas independente de qualquer compromisso apologético. O 3.º volume abrangerá o período de 1910-1930. A edição é primorosamente opulentada por documentação fotográfica.

Aliomar Baleeiro, Ministro do Supremo Tribunal Federal.